

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Parlamentar do Psol recorreu ao MP

Bets: deputadas querem proibir estímulo em TV da Copa

O exagero na propaganda de bets e o estímulo a apostas durante a transmissão de jogos da Copa ameaçam transformar a CazéTV de cisne em patinho feio.

O canal digital motivou ações de duas deputadas: Erika Hilton (Psol-SP) anunciou ter ido ao Ministério Público para proibir a publicidade de bets por comentaristas esportivos; Camila Jara (PT-MS) apresentou projeto de lei para impedir a “indução ao comportamento especulativo e a publicidade abusiva de apostas”.

O foco das parlamentares é a maneira como a publicidade vem sendo feita durante as transmissões. A CazéTV também tem sido alvo, pelo menos motivo, de muitas queixas em redes sociais.

Sugestões na tela

Uma das principais reclamações das parlamentares está relacionada a sugestões de apostas feitas por profissionais encarregados das transmissões.

Eles chegam a sugerir que o espectador aposte em resultados ou lances improváveis, capazes de oferecer alto retorno em caso de acerto. O mecanismo é baseado em “odds”, números que traduzem probabilidades e indicam o eventual retorno financeiro.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Camila Jara quer impedir indução a apostas

Resultados improváveis

Em postagem no X, Erika afirmou ser inaceitável que comentaristas induzam espectadores a apostarem ou sugiram resultados improváveis.

O texto do projeto, protocolado ontem por Camila, proíbe que profissionais encarregados da transmissão de jogos mencionem, analisem ou comentem “odds, cotações ou retornos financeiros de apostas”.

Eles também seriam proibidos de sugerir palpites ou prognósticos relacionados a apostas ou usar expressões como “favorito nas apostas” ou “zebra financeira”.

Funções distintas

O projeto admite a presença, em transmissões, de encarregados de fazer publicidade de bets, desde que esses consultores (“tipsters”) tenham qualificação para isso e não atuem como locutores, repórteres ou comentaristas.

Essa publicidade seria submetida a normas e acompanhada de advertências sobre riscos de perda de dinheiro e de ludopatia (vício em jogos de azar).

Multas pesadas

Pela proposta, os canais infratores ficariam sujeitos a a multas sobre seu faturamento no ano anterior, valores que iriam variar de R\$ 50 mil a R\$ 10 milhões e que poderiam ser duplicados. Haveria penalidades adicionais em caso de reincidência, como a proibição de veiculação de publicidade de apostas.

Sem prejuízos

Em mensagem que circula em redes sociais, Casimiro Miguel, o Cazé, apresentador e sócio do canal, disse não ver maiores problemas na publicidade de bets que tem sido veiculada. Admitiu que pode haver incômodo pelo excesso de propaganda, mas alegou que isso não gera prejuízos a terceiros.

Aposta tucana

Por falar nisso: tem gente bem informada apostando que a vereadora do Rio Helena Vieira, irmã do deputado federal Luciano Vieira — ambos são do PSDB —, aceitaria trocar sua pré-candidatura a senadora pela vaga de primeira suplente do deputado Pedro Paulo (PSD). Mas não vai ser fácil.

Olho no lance

Pré-candidato ao governo, Eduardo Paes (PSD), porém, prefere investir, para a suplência, no ex-deputado e ex-banqueiro Ronaldo Cezar Coelho. Ele é gestor do Samambaia Master Fundo de Investimento. A aposta na suplência é quente: caso ambos sejam eleitos, Pedro Paulo deve ir para a equipe de Paes e liberar a vaga no Senado.

Preocupação

A operação de ontem no Digimais, banco do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, gerou preocupações no governo de São Paulo. No ano passado, o banco, já em dificuldades, foi admitido entre os que poderiam oferecer crédito consignado a PMS paulistas.

Ligações

Candidato à reeleição, o governador Tarcísio de Freitas é filiado ao Republicanos, partido controlado pela Universal. O Digimais também pode oferecer consignados a servidores da prefeitura paulistana, mas, de acordo com publicações no Diário Oficial, as autorizações são mais antigas, de 2023.



Prazo da domiciliar de Bolsonaro se encerra na quinta

Bolsonaro depõe sobre arma apreendida

Decisões de Mendonça sofrem questionamentos políticos

Por Beatriz Matos

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prestou depoimento nesta terça-feira (23) à Polícia Civil do Distrito Federal para esclarecer a história da pistola registrada em seu nome e apreendida com um de seus seguranças durante uma blitz da Polícia Militar na semana passada.

A oitiva ocorreu a poucos dias do encerramento do prazo de 90 dias da prisão domiciliar humanitária concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aumentando a expectativa sobre os próximos desdobramentos do caso. O prazo da domiciliar se encerra nesta quinta-feira (25).

Segundo a defesa, Bolsonaro apenas reafirmou as explicações já apresentadas anteriormente. Os advogados sustentam que a arma apresentou uma falha mecânica e foi entregue a um segurança para manutenção. O episódio, no entanto, levou o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, a solicitar esclarecimentos sobre a razão de o ex-presidente manter o armamento em casa e sobre a realização do reparo justamente às vésperas do término da domiciliar. A decisão sobre a continuidade ou não do benefício caberá ao relator do processo.

Enquanto Bolsonaro busca esclarecer o episódio da arma, outra frente de investigação relacionada ao seu entorno político passou a movimentar o Supremo

nesta semana. A discussão envolve o financiamento do filme Dark Horse, que retrata a trajetória política do ex-presidente, e a possibilidade de o caso passar para a relatoria do ministro André Mendonça.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu que o caso seja redistribuído para André Mendonça por entender que existe conexão com as investigações do Banco Master. Atualmente, a palavra final está nas mãos do presidente do STF, ministro Edson Fachin, que decidirá qual será a relatoria do procedimento.

A possibilidade de Mendonça assumir também essa frente de investigação reacendeu críticas e suspeitas levantadas por setores políticos. O principal argumento é a diferença entre as medidas já adotadas contra Jaques Wagner e a ausência, até o momento, de providências semelhantes no caso envolvendo o filme.

Especialistas, porém, avaliam que ainda não há elementos concretos para sustentar acusações de parcialidade.

Para o professor de Direito Eleitoral Arthur Rollo, eventuais alegações de suspeição precisam ser sustentadas por fatos objetivos e não apenas por interpretações políticas. “Quaisquer alegações de suspeição devem ser feitas por meio de petição própria que evidencie elementos concretos que justifiquem a alegação”.